

Máquina Capitalista Civilizada: Controle e Axiomática no Pensamento de Gilles Deleuze^{1, 2}

Civilized Capitalist Machine: Control and Axiomatic in Gilles Deleuze's Thought

LUCIENE MARQUES DE LIMA

Especialização em fisioterapia pela Universidade Católica de Goiás – UCG/ 2004.
Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás – UFG/2018.

lucienemarquesdelima@gmail.com

RESUMO:

Gilles Deleuze relacionou os processos de subjetivação aos modos de funcionamento das sociedades, descrevendo como nas formações históricas o desejo era submetido ao sistema político-econômico vigente. Pensando tais relações em termos de funcionamento maquínico, descreveu uma máquina capitalista e discutiu como o sistema financeiro e suas operações elaboraram um sistema elaborado de subjetivação capaz de induzir, de forma sub-reptícia, os sujeitos às suas normas de funcionamento. Nomeou tal mecanismo de sociedade de controle e de axiomática do capital o modo pelo qual o capitalismo opera para sobreviver. Este artigo, baseando-se nos escritos de Deleuze e também naqueles produzidos em parceria com Guattari, busca descrever esta maquinaria e discutir como a sociedade de controle e a axiomática do capital operam.

Palavras-chave: Gilles Deleuze. Máquina capitalista civilizada. Sociedade de controle. Axiomática do capital.

ABSTRACT:

Gilles Deleuze related the processes of subjectivation to the modes of functioning of societies, describing how in historical formations desire was submitted to the current political-economic system. Thinking about these relations in terms of machinic functioning, he described a capitalist machine and discussed how the financial system and its operations elaborated an elaborate system of subjectivation capable of surreptitiously inducing subjects to its working norms. He named such a mechanism society of control and capital axiomatic the way capitalism operates to survive. Drawing on Deleuze's writings as well as those produced in partnership with Guattari, this article seeks to describe this machinery and discuss how the controlling society and the axiomatic of capital operate.

Keywords: Gilles Deleuze. Civilized capitalist machine. Controlling company. Axiomatics of capital.

¹ Artigo submetido para avaliação em 10/10/2019 e aprovado em 31/10/2019.

² Este texto é parte da dissertação de mestrado intitulada “As Inscrições Corporais nos Diagramas de Forças de Deleuze e Guattari”, apresentada e aprovada pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFG, no ano de 2018, e contou com financiamento da agência FAPEG (LIMA, 2018).

1. A MÁQUINA CAPITALISTA CIVILIZADA

Deleuze e Guattari (2011) entendem que a máquina civilizada capitalista teve início a partir do primeiro grande movimento de desterritorialização que apareceu com a sobrecodificação do Estado despótico, seguida por outro grande movimento, o de descodificação dos fluxos. Para os autores estes dois movimentos não foram suficientes para permitir que o novo corte atravessasse e transformasse o *socius*³, fazendo emergir o capitalismo. Além dos dois grandes movimentos, foi igualmente importante que o Estado despótico fosse também marcado por fluxos descodificados que submergiram o tirano e, ao mesmo tempo o fazem retornar de formas inesperadas.

Na nova máquina e através do uso de operações regulares ou excepcionais, o Estado codifica o produto dos fluxos descodificados, sempre compensados por sobrevivências ou transformações deste mesmo Estado.

[...] Fluxos descodificados – quem dirá o nome deste novo desejo? Fluxo de propriedades que se vendem, fluxo de dinheiro que escorre, fluxo de produção e de meios de produção que se preparam na sombra, fluxo de trabalhadores que se desterritorializam: será preciso o encontro de todos estes fluxos descodificados, sua conjunção, a reação de uns sobre os outros, a contingência deste encontro, desta conjunção, desta reação que se produzem uma vez, para que o capitalismo nasça e que o antigo sistema encontre a morte que lhe vem de fora, ao mesmo tempo em que nasce a vida nova e em que o desejo recebe seu novo nome. Só há história universal da contingência (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p. 297).

Se a máquina territorial selvagem partia de conexões de produção, a máquina despótica bárbara se fundava sobre as disjunções de inscrições a partir da unidade eminente, a máquina civilizada capitalista estabelece-se sobre a conjunção dos fluxos descodificados, pela descodificação generalizada dos fluxos, pela nova desterritorialização maciça e pela conjunção de fluxos desterritorializados.

Se na máquina despótica bárbara os fundadores do Estado chegaram como o relâmpago e o instituíram de uma única vez, em um movimento sincrônico; na máquina civilizada capitalista o tempo é diacrônico, os capitalistas (os proprietários dos meios de produção) surgem sucessivamente, a medida em que as relações mercantilistas se propagam por toda a Europa, a medida em que os trabalhadores tomam consciência de que há diferença entre sua categoria e a burguesia, que cada vez mais adquire participação nos governos e ascende a patamares de maior importância nas decisões político-econômicas.

³ Socius é o termo que designa às relações sociais de produção, não apenas uma sociedade (Deleuze, 2005).

O declínio do feudalismo e a origem do capitalismo foram, em grande parte, dois fenômenos históricos independentes, apesar de se desenrolarem simultaneamente. Do campo vieram as bases materiais para a indústria, e a experiência do comércio nas cidades criou a sofisticada relação de troca monetária, que tornou-se a base do crédito e do sistema financeiro que se desencadeou a posteriori.

As mudanças no campo social, cultural, econômico e político que marcaram a Europa, tiveram como consequência a crise do sistema feudal, que era baseado numa economia agrária e no uso do solo como moeda. Tal crise fez sobressair, aos poucos, o pré-capitalismo ou “capitalismo comercial”, em que a moeda era o dinheiro que participava das crescentes relações comerciais. Essa primeira fase do capitalismo teve no sistema mercantilista um forte ancoradouro e arcabouço e visava, sobretudo, a comercialização de bens com vistas a aumentar o lucro para o acúmulo de riquezas e de capital.

As terras antes cedidas aos senhores feudais como pagamento aos serviços prestados (na guerra, na produção ou na proteção) tornaram-se propriedades privadas e depois foram comercializadas com a classe burguesa (desintegração do sistema feudal), possuidora do capital-dinheiro para tal transação. Desse modo, a desterritorialização do solo por privatização, a consequente descodificação dos instrumentos de produção, a descodificação do trabalhador em proveito do próprio trabalho ou da máquina, fez com que o trabalhador livre⁴ passasse a ter para vender apenas a sua força de trabalho, enquanto à burguesia coube o dinheiro descodificado devindo capital capaz de compra-la (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p. 298).

Este movimento sofreu um deslocamento para um período em que os preços dos produtos encontravam-se em alta e uma reserva de mão de obra fazia-se abundante, formando um proletariado. Este movimento somado ao fácil acesso às fontes de matérias-primas, às condições favoráveis à produção de instrumentos e de máquinas, favoreceu a industrialização.

Além das mudanças na economia política, mudanças culturais tais como o Renascimento (movimento artístico e cultural que teve início na Itália) trouxe uma nova visão do lugar do homem no mundo. Vinculado ao Humanismo, inspirado no Antropocentrismo

⁴ A queda do feudalismo foi seguida por modificações nas relações de servidão que envolvia os trabalhadores. A necessidade de comercialização dos produtos fez com que, aos poucos, os servos se convertessem em trabalhadores assalariados, portanto trabalhadores livres, uma vez que não mais deviam obrigações ao seu senhor, não mais pertenciam à terra onde havia nascido, mas também não mais usufruíam da proteção de seu senhor. O termo “deixou nu o trabalhador livre” utilizado por Deleuze e Guattari (2011) faz referência a esta nova condição do trabalhador.

(homem no centro do mundo), o Renascimento trouxe uma intensa revalorização das ideias apregoadas na Antiguidade Clássica, onde o homem não era considerado como inferior, pecaminoso e submisso ao deus único como na Idade Média.

Tais mudanças abrandaram a influência do dogmatismo religioso e do misticismo que havia até então. Uma crescente valorização da racionalidade, da ciência e da natureza colocou o homem no centro do mundo, tornando-o capaz de transformar o meio ao seu redor e de solucionar as diversas questões-problemas que atingiam as sociedades.

O Renascimento comercial e urbano favoreceu o crescimento das cidades e fortaleceu ainda mais o comércio. Posteriormente, as grandes navegações e a expansão marítima contribuíram para afirmar a nova postura do homem moderno como capaz de transformar o mundo conhecido através da descoberta e da exploração das novas terras no continente americano, fortalecendo ainda mais a expansão do comércio e a efetivação do capitalismo.

A industrialização, já citada anteriormente, foi de grande contribuição para que o sistema capitalista se tornasse imperativo e complexo, ao gerar a divisão acentuada do trabalho nas cidades e o aumento do grande fluxo da massa de operários. Sobre estes movimentos que alicerçaram o capitalismo Deleuze e Guattari (2011) disseram haver todo tipo de fatores contingentes agindo em favor de suas conjunções: “Quantos encontros foram necessários para a formação da coisa, a inominável!” (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p. 300).

Já não é a idade da crueldade nem do terror, mas a idade do cinismo, que é acompanhado por uma estranha piedade (e ambos constituem o humanismo: o cinismo é a imanência física do campo social, e a piedade é a manutenção de um *Urstaat* espiritualizado; o cinismo é o capital como meio de extorquir sobretrabalho, mas a piedade é este mesmo capital-Deus de onde parecem emanar todas as forças de trabalho). Essa idade do cinismo é a da acumulação do capital, dado que este implica o tempo, precisamente para a conjunção de todos os fluxos descodificados e desterritorializados (DELEUZE e GUATTARI, 2011, pp. 299-300).

Esta conjunção dos fluxos descodificados fez do capital o novo corpo pleno do *socius*. O capitalismo primitivo, comercial e financeiro, se instalou no antigo *socius*, mas não modificou por completo e de imediato o modo de produção anterior. Na visão de Deleuze e Guattari (2011) o capitalismo de fato só tem seu início quando o capital se apropria diretamente da produção; quando o capital financeiro e o capital mercantil tornam-se funções específicas correspondentes a uma divisão do trabalho no modo capitalista da produção em geral.

Antes da máquina de produção capitalista mostrar-se montada, a mercadoria e a moeda operaram uma descodificação dos fluxos por abstração: a troca simples inscreveu os produtos mercantis como unidade de trabalho abstrato. O capital mercantil ou financeiro, até então em relação de aliança com a produção não capitalista, entra numa nova aliança característica dos Estados pré-capitalistas (aliança da burguesia mercantil e bancária com a feudalidade).

Quando o capital deixa de ser capital de aliança e devém capital filiativo, tem início o capitalismo. O capital se torna filiativo quando é capaz de gerar lucro através da diferença entre o salário pago ao trabalhador e o valor do trabalho produzido — mercadoria ou serviço. Nas palavras de Deleuze e Guattari (2011, p. 302): “O capital devém um capital filiativo quando o dinheiro engendra dinheiro, ou o valor uma mais-valia...”, somente quando o capital se torna filiativo é que ele “devém corpo pleno, o novo *socius* ou a quase causa que se apropria de todas as forças produtivas” (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p. 302).

[...] se assiste a uma falência dos códigos e das territorialidades subsistentes em proveito de uma máquina de outra espécie, que funciona de maneira totalmente distinta. Já não é a crueldade da vida, nem o terror de uma vida contra a outra [...]’ O capitalismo é trabalho morto que, de maneira semelhante ao vampiro, só se anima ao sugar o trabalho vivo, e sua vida é tanto alegre quanto mais trabalho vivo ele sorve’. O capital industrial apresenta assim uma nova-nova filiação, constitutiva da máquina capitalista, em relação à qual o capital comercial e o capital financeiro vão agora tomar a forma de uma nova-nova aliança, assumindo funções específicas (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p. 303).

Este processo se deu nos séculos mais recentes, marcadamente da metade do século XX em diante, e marcou a transição do regime industrial com sua maquinaria analógica, com progressiva automatização das indústrias, desvalorização da mão de obra operária, aguda crise do emprego no âmbito mundial, globalização dos mercados mundiais com conseqüente enfraquecimento dos hegemônicos Estados-nação e também dos países periféricos, relegados a espaços de exploração e expansão do capitalismo financeiro.

O capitalismo financeiro se sobrepondo ao capitalismo produtivo permite a instalação de diversas tecnologias digitais que tendem a crescer no mercado financeiro [cartões de crédito e débito; transações bancárias via *internet*; informatização de todo o sistema financeiro, tornando seu funcionamento dependente do funcionamento da rede], tornando o papel dinheiro cada vez mais obsoleto. Deleuze (2013) resume assim a mutação do capitalismo produtivo ao capitalismo financeiro:

[...]o capitalismo do século XIX é de concentração, para a produção, e de propriedade. Por conseguinte, erige a fábrica como meio de confinamento, o capitalista sendo o proprietário dos meios de produção, mas também eventualmente proprietário de outros espaços concebidos por analogia (a casa familiar do operário, a escola). Quanto ao mercado, é conquistado ora por especialização, ora por colonização, ora por redução dos custos de produção. Mas atualmente o capitalismo não é mais dirigido para a produção, relegada com frequência à periferia do Terceiro Mundo, mesmo sob as formas complexas do têxtil, da metalurgia ou do petróleo. É um capitalismo de sobreprodução. Não compra mais matéria-prima e já não vende produtos acabados: compra produtos acabados, ou monta peças destacadas. O que ele quer vender são serviços, e o que ele quer comprar são ações. Já não é um capitalismo dirigido para a produção, mas para o produto, isto é, para a venda ou para o mercado. Por isso ele é essencialmente dispersivo, e a fábrica cedeu lugar à empresa (DELEUZE, 2013, pp. 227-228).

Deleuze e Guattari (2011) reconhecem que o capitalismo opera sobre bases próprias, e que só a ele, podem ser aplicadas, não fazendo sentido em nenhum outro modelo de economia. A lógica do lucro no capitalismo é elaborada de modo que nem os capitalistas/economistas conseguem compreender ou explica-la de forma clara. Entretanto, pode-se compreender bem que no modelo operante, o da oferta e da procura, há uma lógica de mercado que tende a não funcionar.

No capitalismo que visa o lucro, um produto, serviço ou mesmo recurso tende a se esgotar pelo uso excessivo, ou tende a baratear pela oferta excessiva. Fato é que geralmente enfrenta-se o fenômeno da chamada baixa tendencial do lucro, seja pelo esgotamento do produto, seja pelo seu barateamento em função da oferta excessiva.

A oferta excessiva acontece quando um produto demonstra render lucros, o mercado então responde com maior oferta do mesmo até que esteja saturado, necessitando de outro produto inovador para substituí-lo, uma vez que já não gera lucro. Este movimento demanda uma necessidade sempre inovadora, a criação e elaboração de produtos sempre novos para atrair o mercado e garantir lucro. Nesse modelo, o trabalhador é tanto mais bem-sucedido quanto mais capacidade inovadora demonstra ter.

Uma inovação só é adotada a partir da taxa de lucro que o seu investimento dá graças à diminuição dos custos de produção; senão o capitalista mantém o equipamento existente, pronto para investi-lo paralelamente num outro domínio [...] Em geral a introdução das inovações tende sempre a ser retardada para além do tempo cientificamente necessário, até o momento em que as precisões de mercado justifiquem sua exploração em grande escala [...] axiomáticas científicas [...] (DELEUZE e GUATTARI, 2011, pp. 310-311).

Deleuze e Guattari (2011, p. 303) demonstram que esta baixa tendencial do lucro não tem fim, mas que ela “se reproduz a si própria ao reproduzir os fatores que a contrariam”. Também apontam que essa lucratividade não é demonstrável nos cálculos econômicos, mas

que “o dinheiro que entra no bolso do assalariado não é o mesmo que se inscreve no balanço de uma empresa”. Esta relação coloca a capacidade produtiva do trabalhador, único bem que este tem para vender, como impotentes signos monetários de troca, frente a uma gama de produtos e bens de consumo que este necessita possuir.

Do outro lado há os signos de potência do capital, como o dinheiro, que serve como corte possível sobre o fluxo de consumo ou como possibilidade de rearticulação de cadeias econômicas; os fluxos de financiamento que circunscrevem a dívida infinita do capital; o caráter bancário dos meios de pagamento vinculados aos fluxos de financiamento (cartões de crédito, créditos/financiamentos consignados, etc). A gestão empresarial que coloca seus produtos de modo que o consumidor assuma, sem saber, o valor dos juros embutidos no valor das parcelas a pagar, igualando os preços entre as formas de pagamento à vista ou em parcelas, induzindo o consumidor a assumir mais dívidas parceladas do que inicialmente tinha intenção.

Essas relações de crédito financeiro e de pagamento, para Deleuze e Guattari (2011, p.305), encerram uma “dissimulação profunda da dualidade das duas formas do dinheiro, pagamento e financiamento, estes dois aspectos da prática bancária”. Para os autores, essa dissimulação é imanente ao campo capitalista, onde tanto as classes dominadas quanto as classes dominantes têm função estratégica: o dinheiro joga nos dois campos. Esta diferença de classes é suficiente para “fazer com que o Desejo da criatura mais desfavorecida invista com todas as suas forças, independentemente de qualquer conhecimento ou desconhecimento econômicos, o campo social capitalista no seu conjunto” (p.305).

Esse desejo de fluxos era até então desconhecido pelo homem, mas que “o capitalismo soube fazer escorrer e cortar nessas condições de dinheiro desconhecidas antes dele”. Estas novas relações com o dinheiro existem apenas no capitalismo e são dependentes das operações bancárias. “De certa maneira, é o banco que sustenta todo o sistema, e o investimento de desejo” (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p.305).

A estes mecanismos de operação do capitalismo, a esta forma operacional no meio social e econômico, Deleuze e Guattari (2011) chamam de axiomática do capital. Para os autores, o capitalismo substituiu os códigos anteriormente existentes por esta axiomática “extremamente rigorosa que mantém a energia dos fluxos num estado ligado sobre o corpo do capital como *socius* desterritorializado, mas que é também mais implacável do que qualquer outro *socius*” (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p.326). Segundo Deleuze e Guattari,

a verdadeira axiomática é a da própria máquina social, que substitui as antigas codificações, e que organiza todos os fluxos descodificados, inclusive os fluxos de código científico e técnico, em proveito do sistema capitalista e a serviço dos seus fins (Deleuze & Guattari, 2011, p.310).

Ou seja, no capitalismo toda produção passa a ser um axioma, uma vez que é descodificado⁵ e depois sobrecodificado até se tornar axiomatizado: “o que ele [o capitalismo] descodifica com uma das mãos, axiomatiza com a outra” (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p.326). Isto torna potente o capitalismo: “sua axiomática nunca está saturada, é sempre capaz de acrescentar um novo axioma aos axiomas precedentes” (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p.332).

Os axiomas são melhor compreendidos ao observarmos o apontamento de Deleuze e Guattari (2011) acerca de determinados axiomas econômicos e sociais: “Os aumentos de salário, a melhoria do nível de vida são realidades, mas realidades que decorrem de tal ou qual axioma suplementar que o capitalismo é sempre capaz de acrescentar à sua axiomática em função de uma ampliação sem limites” (p.495).

O capital como *socius* ou corpo pleno se distingue, portanto, de qualquer outro, porque vale por si mesmo como uma instância diretamente econômica, e se assenta sobre a produção sem fazer intervir fatores extraeconômicos [SIC] que se inscreveriam num código. Com o capitalismo, o corpo pleno devém verdadeiramente nu, assim como o próprio trabalhador acoplado a esse corpo pleno (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p.331).

Essa axiomatização do capital pode também ser observada no processo de digitalização e virtualização do capitalismo financeiro do século XX e XXI, através das já citadas operações financeiras digitais. O capitalismo financeiro parece ter afetado também o conceito de propriedade privada, cuja solidez estava ligada à consistência dos bens materiais, que parece dar lugar a importância da capacidade de acesso ao uso dos mesmos, o que permitiu o surgimento de produtos como o *leasing*⁶.

A máquina civilizada capitalista muda de forma profunda a dinâmica social, econômica, política e também os usos, as relações de produção dos corpos. Veremos a seguir,

⁵ Descodificar quer dizer compreender um código e traduzi-lo. Destruí-lo enquanto código; atribuir-lhe uma função arcaica, folclórica ou residual. Um código determina a qualidade respectiva dos fluxos que passam pelo *socius*; o objeto próprio do código é estabelecer relações indiretas entre fluxos qualificados (DELEUZE E GUATTARI, 2011, p.325 & p. 328).

⁶ Tipo de contrato de arrendamento mercantil onde o arrendador (banco ou outro tipo de operadora financeira) adquire o bem escolhido pelo arrendatário (cliente). Este utiliza o bem durante a vigência do contrato, mediante pagamento de pecúlio. O arrendador é o proprietário do bem, sendo que a posse e o usufruto, durante a vigência do contrato, são do arrendatário. A operação de arrendamento mercantil assemelha-se a um contrato de aluguel, e pode prever ou não a opção de compra, pelo arrendatário, do bem de propriedade do arrendador (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016).

que a inscrição corporal no capitalismo segue uma lógica muito diversa das inscrições anteriores, uma vez que instaura um processo de sedução por meio da indução de um desejo fixado no próprio capitalismo, e que se torna, como veremos, potente arma para a implantação e perpetuação do capitalismo, propiciando a formação da sociedade de controle e a axiomática do capital.

Diferente dos códigos primitivos, “a axiomática não tem necessidade alguma de escrever em plena carne, de marcar os corpos e os órgãos, nem de fabricar nos homens uma memória” (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p.332), uma vez que ela encontra, nos seus diferentes aspectos, seus próprios órgãos de execução, de percepção, de memorização, como os meios de controle sociais, como veremos na sequência.

2. A SOCIEDADE DE CONTROLE E A AXIOMÁTICA DO CAPITAL

Nas sociedades de disciplina não se parava de recomeçar (da escola à caserna, da caserna à fábrica), enquanto nas sociedades de controle nunca se termina nada, a empresa, a formação, o serviço sendo os estados metaestáveis e coexistentes de uma mesma modulação, como que de um deformador universal (DELEUZE, 2013, pp. 226-226).

Ao tratar da passagem das sociedades disciplinares às sociedades de controle Deleuze (2013, p.219) afirmava categoricamente: “é certo que entramos em sociedade de ‘controle’, que já não são exatamente disciplinares”. Reconhecia Foucault como “pensador das sociedades de disciplina, e de sua técnica principal, o *confinamento*” (p.p.219-220), mas alertava que

[...] de fato, ele é um dos primeiros a dizer que as sociedades disciplinares são aquilo que estamos deixando para trás, o que já não somos. Estamos entrando nas sociedades de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea (DELEUZE, 2013, p.220).

A elaboração que aqui fizemos não pretende pormenorizar tais questões, discutiremos esta transição a partir da intensificação da axiomática do capital, tal como proposto por Deleuze em suas publicações. Dessa forma, a passagem das sociedades disciplinares para as sociedades de controle foi marcada pelo surgimento de um novo agenciamento psicopolítico que Deleuze e Guattari (2011) denominaram axiomática do capital, uma teoria que objetiva compreender como o capitalismo engendra um tipo de gestão econômica, política e social para possibilitar sua expansão e, ao mesmo tempo, impor limites aos fluxos capitalizados que colocam em risco seu funcionamento.

Este novo agenciamento não mais opera por codificação como nas sociedades primitivas, nem por descodificação como na soberania e também não mais por sobrecodificação. Ele age por um movimento ao mesmo tempo, complexo e singular de descodificação dos códigos anteriormente existentes. Ao reterritorializar esses fluxos descodificados, o faz “substituindo os códigos por uma axiomática contábil ainda mais opressiva (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p. 233), uma “axiomática de quantidades abstratas” (p.304), a axiomática do capital.

Para Deleuze e Guattari (2011) “descodificar quer dizer compreender um código e traduzi-lo; porém, mais do que isso, é destruí-lo enquanto código, atribuir-lhe uma função arcaica, folclórica ou residual” (p.25). Para os mesmos autores o capitalismo

[...] opera a descodificação dos fluxos que as outras formações sociais codificavam e sobrecodificavam [...] substitui os códigos por uma axiomática extremamente rigorosa que mantém a energia dos fluxos num estado ligado sobre o corpo do capital como *socius* desterritorializado, mas que é também mais implacável do que qualquer outro (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p. 327).

As sociedades disciplinares adotavam um modelo de instituições que governavam tanto o meio social quanto o individual e por meio dos aparatos disciplinares do encarceramento em espaços fechados e das normas de conduta e gestão da vida. O movimento de ruptura dos muros que encerravam as instituições, fez surgir no campo social um novo modelo de sociedade, as sociedades de controle, que acontecem em espaço aberto.

A emergência do capitalismo, ao implantar sua lógica da propriedade privada, ao fazer penetrar no *socius* o dinheiro enquanto moeda e ao submeter o homem a condição de trabalhador livre remunerado descodificou os fluxos codificados do antigo regime, mas não colocou outros códigos em substituição. Traçou uma lógica própria, um funcionamento social-econômico e político próprio, nunca antes existente no *socius*: a axiomática do capital.

Então essa nova lógica do capitalismo, a sua axiomática, age em todas as instituições e também na subjetividade. Uma vez descodificadas as instituições são recodificadas na axiomática do capital, e não mais operam por códigos como na disciplina. Obedecem ao mercado, modulam-se de acordo com as necessidades do capital-dinheiro e elaboram suas normas de conduta de acordo com a lógica da lucratividade, do excedente, da exploração da capacidade de produção e de inovação dos sujeitos. Nessa nova modulação das instituições por meio da axiomática do capital, normas e códigos não são abolidos, são substituídos e determinados pela axiomática, tomando uma posição secundária no que tange o

seu funcionamento. Nesse modelo social os códigos são modificados, adaptados, desprezados, ignorados ou mesmo burlados de acordo com as necessidades da axiomática do capital e seu imperativo da propriedade privada, da lucratividade e da mão de obra assalariada.

Uma vez operando por meio dessa axiomática do capital, a sociedade disciplinar, que era marcada pela forte ação dos códigos e normas no campo social, se desloca para uma nova formação, a sociedade de controle, que opera por um mecanismo invisível de monitoramento, uma espécie de atualização do panoptismo. Adotam-se mecanismos mais elaborados de gestão da vida que utilizam como dispositivos de controle as redes que interligam as populações, que comunicam em massa, como a mídia e o marketing. Essa capacidade de atingir um grande número de indivíduos fez desses dispositivos de comunicação em massa verdadeiros dispositivos de modulação da subjetividade.

Os aparatos e dispositivos disciplinares, os códigos, as normas, as regras que subjetivavam por meio da obediência, da vigilância, e do encarceramento, o uso do castigo e da punição, tiveram sua aplicação reduzida, ao mesmo tempo em que surgiu uma nova modalidade de processos de subjetivação em campo aberto, quase imperceptíveis aos sujeitos, travestidos de lazer, de diversão, de socialização.

As subjetividades, até então forjadas nas instituições normalizadoras/disciplinadoras, passaram a ser forjadas também por instituições de controle social como a TV, a internet, a publicidade e a propaganda, garantindo não só o consumo de produtos e serviços, mas também a adoção de um estilo de vida, de crenças, de conceitos a serem disseminados no meio social pelos próprios indivíduos, propagadores e defensores daquilo que acreditam ser seu: seu sistema de crenças, seu estilo de vida, sua maneira de pensar, suas opiniões, quando apenas absorvem o que lhes é oferecido pelos novos aparatos de controle social, e propaga tais conceitos sob o selo de uma pretensa singularidade que nada mais é do que uma subjetividade massificada, a subjetividade capitalística (DELEUZE, 2013).

Desse modo os processos de subjetivação não mais se constituem na individualidade, por meio dos processos de subjetivação operados na disciplina, onde se compunham em ambientes fechados (fábrica, escolas, nos quartos das casas burguesas). Tornaram-se parte do *socius*, sendo forjados no meio social, em espaços abertos, e por vezes em espaços virtuais ou digitais como a internet. Além do espaço, o Controle se afasta da Disciplina também no que concerne à disposição do tempo.

Enquanto na Disciplina o tempo era regulado pelo relógio, no Controle o tempo cronológico acaba por tornar-se pouco produtivo, uma vez que o escalonamento do tempo demarca períodos destinados ao descanso, ao lazer, ao suprimento de necessidades fisiológicas. Nesse sentido, um corpo útil é aquele capaz de produzir em todo tempo possível, de adaptar-se ao processo produtivo e viver nos intervalos entre uma produção e outra.

Cada indivíduo deve pensar qual o melhor momento para extrair mais do seu corpo, e os corpos não respondem da mesma forma, para cada corpo, uma medida, um tempo, uma capacidade. O tempo permanece capturado, não mais uma captura homogênea como nos horários preestabelecidos da disciplina, mas no campo da heterogênesse. A produção agora acontece o tempo inteiro, e não mais em turnos. É como se a produção se adaptasse aos hábitos temporais dos indivíduos. Se o sujeito é notívago, que produza a noite. Se é produtivo pela manhã, que acelere sua atividade nesse período. O importante é que a produção nunca pare.

Mas o verdadeiro "tempo livre" parece mesmo estar perdido. Na sociedade disciplinar parecia que quando o indivíduo saía da fábrica o tempo era dele, para seu uso, até que retornasse à fábrica no dia seguinte para outro turno de trabalho. Na sociedade de controle o tempo para o lazer, para o ócio, parece não mais existir, pois quando se pensa que está usando o "tempo livre" para o descanso, nos colocamos em frente aos dispositivos midiáticos que estão constantemente a serviço do capitalismo e agem nos processos de subjetivação, auxiliando na elaboração de uma subjetividade controlada, cativa, presa a um único modelo social, o do capitalismo. Isto gera uma sensação de que desfrutamos de mais liberdade, mas de fato o controle sobre nossas atividades sutilmente se avoluma.

Este controle, agora exercido em campo aberto, no seio das sociedades, não mais circunscrito aos espaços fechados, passa a ser utilizado para garantir que esses fluxos descontrolados sejam expostos, que possam ser vistos, estudados, compreendidos e, de alguma forma, apropriados pelo capitalismo. Esses movimentos de apropriação dos fluxos desterritorializados no capitalismo formam a axiomática do capital.

Para a sociedade de controle é fundamental manter a ilusão de liberdade: pode-se dizer ou fazer o que se quer desde que se permaneça dentro de parâmetros circunscritos, aceitáveis à vida social e civilizada. Os indivíduos acabam por agir e se expressar conforme tais parâmetros aceitáveis e nem sequer percebem. Formas de comportamento ou discursos que possam ameaçar o sistema político e econômico são proibidas e energeticamente combatidas.

Essa sensação de liberdade é de fato o mecanismo de controle agindo sobre os sujeitos, exatamente por criar a impressão de que se pode fazer o que quiser; ser quem almejar; ir onde desejar. A liberdade é falseada uma vez que as condutas atípicas para os padrões aceitos são cerceadas e as condutas ilícitas são consideradas criminosas. Este falseamento da liberdade e a punição das condutas desviantes gera aquilo que pode ser interpretado como o que negamos por não se tratar de algo que praticamos, uma vez que é entendido como uma prática dos outros. Esse outro é o que goza de verdadeira liberdade, porém, é o alvo das sanções e das punições, o que acaba por criar um certo medo, uma aversão e até intolerâncias às liberdades, que são tachadas de desvios, desordens, ou perturbações sociais. No momento em que consideramos diferentes aqueles que estão subjugados aos efeitos do poder, ou quando consideramos justas as sanções e punições, estamos submetidos, de forma muito profunda, ao controle.

O controle então não se dá mais por uma anatomopolítica, nem por uma biopolítica, mas pela axiomática do capital que prescinde de registros, números e estatísticas, uma vez que opera por processos de subjetivação que se dão no espaço social e se propagam por meio dos aparatos comunicacionais como a mídia e o marketing, mas ainda utiliza das instituições axiomatizadas pelo capital e sob roupagens mais maleáveis do que na disciplina. A este respeito Deleuze (2013) afirma:

O marketing é agora o instrumento de controle social, e forma a raça imprudente de nossos senhores. O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua (DELEUZE, 2013, p.228).

Se nas sociedades primitivas a memória era escrita na carne, por meio das marcas. Na soberania a memória era o suplício que garantia ao rei a descendência direta de deus e o trono aos seus descendentes, “contrariamente aos códigos, a axiomática encontra nos seus diferentes aspectos seus próprios órgãos de execução, de percepção, de memorização. A memória deveio uma coisa ruim” (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p. 333). Na civilização a memória não é mais bem-vinda, ao contrário, para que a axiomática do capital tenha força e garanta a existência do capitalismo é necessário que até a memória dos homens seja descodificada e que recodifique na própria axiomática, tornando-se moldável, resiliente.

A sociedade do controle aparenta não monitorar os corpos ou os casamentos como nas sociedades primitivas, nem o temor a deus ou ao rei como nas sociedades de soberania, nem o comportamento, a conduta ou a utilidade dos corpos, como nas sociedades

disciplinares. Não se ocupa de forma tão intensa ou direta com a sexualidade, havendo uma certa tolerância a que se relacionem das diversas formas que se deseje.

Os hábitos corporais dos sujeitos também não mais configuram uma ameaça, e são toleradas modificações corporais diversas como tatuagens, *piercings*, escarificações dentre outros. Também há mais tolerância com as diferentes formas de manifestação religiosa, com as crenças individuais. Porém a sociedade de controle ocupa-se, de forma tenaz com a produtividade dos corpos, com sua capacidade de consumir e ser consumido pela axiomática do capital.

A persistência das normas de conduta no campo social são uma amostra da coexistência entre a sociedade disciplinar e a sociedade do controle. As disciplinas ocuparam-se de questões relativas ao monitoramento das atividades dos sujeitos, porém, no controle tais monitoramentos tendem a apresentar-se de forma mais sutil, sob o discurso do respeito às liberdades individuais.

Embora a vigilância sob estes aspectos tenha se tornado uma prática menos intensiva e a ideia de liberdade seja consumida como uma realidade que possa ser vivenciada, há um limite para tais questões. Este limite é tanto concernente à disciplina e suas práticas, que tendem a fixar os sujeitos nas normas (da religião, da medicina, dos costumes, etc), no que pode ser entendido como neo-arcaísmos (como o preconceito contra homossexuais e obesos, o machismo, o estigma do envelhecimento, etc), quanto é concernente ao capitalismo, que tende a frear tais liberdades quando estas ameaçam sua hegemonia.

[...] apesar da abundância de carteiras de identidade, de fichas e de meios de controle, o capitalismo nem sequer tem necessidade de escrever nos livros para suprir as marcas desaparecidas dos corpos. Não passam de sobrevivências, arcaísmos com funções atuais. A pessoa deveio realmente “privada”, na medida em que deriva das quantidades abstratas e devém concreta no devir-concreto destas mesmas quantidades. Estas é que são marcadas, não mais as próprias pessoas: *seu capital ou sua força de trabalho*, o resto não tem importância, você será sempre reencontrado nos limites ampliados do sistema, ainda que seja preciso fazer um axioma para você (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p. 333-334).

As palavras de Deleuze e Guattari (2011) apontam para esse movimento de maleabilidade, de tolerância com o diferente que o mundo civilizado demonstra ter. Não importam as identidades, nem as singularidades. As fronteiras não mais existem e o mundo é globalizado, interconectado, fala a mesma linguagem: a da axiomática do capital, para a qual não há barreiras intransponíveis, nem limites que não sejam superados/ultrapassados.

Este movimento de maleabilidade dá aos sujeitos um sentimento de liberdade, uma crença de que se é livre e pode-se fazer escolhas, mas só há liberdade dentro dos limites do capitalismo, e só há as escolhas dadas por sua axiomática. Qualquer fluxo que possa ameaçar escapar a essa lógica de funcionamento será capturado e agenciado na axiomática do capital. Logo esse fluxo será convertido em um produto ou serviço que o capitalismo transforma em mercadoria capaz de gerar ganho, mas esse fluxo capitalizado só sobreviverá se for lucrativo.

Se lucrativo, um código será elaborado para este fluxo, que será normatizado, normalizado, circunscrito. Serão criados para ele regulamentações, impostos, fiscalizações, que serão modificadas quando emergir desse fluxo outro que tente escapar, e que será decodificado e axiomatizado, num processo que em lugar de ser infinito, é finito, pois encerra o fluxo tão logo este se coloque em movimento.

Este controle dos fluxos decodificados se dá pelo uso dos mecanismos disciplinares, quando estes são capazes de contê-los. Porém, quando esses fluxos ampliam-se e disseminam pelo campo social, cabe ao capitalismo empregar sua axiomática e num movimento quase imperceptível, axiomatiza tais fluxos desterritorializados. Assim o capitalismo se apropria de movimentos sociais insurgentes e das revoluções, fazendo parecer, a olhos distraídos, que direitos foram conquistados: surgem os inúmeros feminismos com seus academicismos capazes de vender livros, palestras, filmes hollywoodianos. Surge a velhice travestida de melhor idade e os pacotes de viagens, cruzeiros dos sonhos, condomínios especializados para a vida madura. Estampa-se a imagem de Che Guevara em camisetas e quadrinhos vendidos em lojinhas simpáticas e perfumadas de *shoppings centers* e *free shops* de aeroportos internacionais em todo mundo capitalista.

[...] o movimento objetivo aparente do capital, que de modo algum é um desconhecimento ou uma ilusão da consciência, mostra que a essência produtiva do capitalismo só pode funcionar sob esta forma necessariamente mercantil ou monetária que a comanda, e cujos fluxos e relações entre fluxos contêm o segredo do investimento de desejo (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p. 318).

Parece incoerente a afirmativa de que há nos sujeitos o desejo por um sistema político, econômico e social que o explora, o oprime e o controla a seu favor. Deleuze e Guattari (2011, p.341) se indagam a esse respeito: “Como explicar que o desejo se dedique a operações que não são desconhecimentos, mas investimentos inconscientes perfeitamente reacionários?”. Para os autores, “o desejo nunca é engando. O interesse pode ser enganado, desconhecido ou traído, mas não o desejo” (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p.341). É possível

que se deseje contra os próprios interesses, e o capitalismo⁷ utiliza disso criando os neo-arcaísmos que reterritorializam os fluxos descodificados gerando as neoterritorialidades que capturam o desejo.

As sociedades modernas civilizadas definem-se por processos de descodificação e de desterritorialização. Mas o que elas desterritorializam de um lado, elas reterritorializam do outro. Essas neoterritorialidades são frequentemente artificiais, residuais, arcaicas; só que são arcaísmos com uma função preferencialmente atual, nossa maneira moderna de “ladrilhar”, de esquadriar, de reintroduzir fragmentos de código, de ressuscitar antigos, de inventar pseudocódigos ou jargões (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p. 341).

A conquista do que se percebe como um direito social nada mais é do que a axiomatização de algum fluxo desterritorializado. Ou seja, é o controle desse fluxo, seu uso e seu emprego para perpetuar e garantir o funcionamento do sistema capitalista.

As crises financeiras são outra forma de controle utilizada pelo sistema capitalista para garantir que o lucro das grandes corporações não cesse de crescer. Consideramos perfeitamente aceitável que em uma crise financeira todos se sacrifiquem, que os preços aumentem e os salários se achatem. Pois, somos impelidos a crer que esta é a única forma de garantir os empregos. A contabilidade revela que alguém lucra com a alta dos preços e com a redução salarial, que o lucro não cessa para todos durante a crise.

Assim sendo, a subjetividade forjada no capitalismo nos dá uma visão de nós mesmos e dos outros que pode não se sustentar, nos relegando a uma sensação de enorme vazio existencial, uma vez que estamos tonteados, aprisionados e patinando nos conceitos, padrões e parâmetros de normalidade, aceitabilidade e prosperidade que são inerentes ao capitalismo. Não questionamos nossa condição, nosso bem-estar e o bem-estar social. É como se caminhássemos em círculos, sem conseguir avançar, voltamos sempre ao mesmo ponto: o ponto da sobrevivência, o do homem orgânico, daquele que vive em função das suas necessidades mais básicas (fisiológicas).

Os devires, os sentires, os prazeres, os afetos, são substituídos por alguma prática que nos dê a sensação de estarmos sendo afetados ou sensibilizados. Que nos dão a ilusão de que fazemos algo útil, de que estamos vivos. Buscamos fora o que poderia ser encontrado dentro, em nós mesmos e nas relações afetivas e sociais. Voltamos nossa atenção aos aspectos externos da vida, buscamos distrações como festas, drogas lícitas ou não, TV, filmes, internet com suas redes sociais. Adotamos próteses psíquicas na tentativa de

⁷ Não apenas o capitalismo tem conhecimento e se utiliza dessa contradição do desejo, “mas também o socialismo, o partido e a direção do partido” (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p. 341).

preencher um espaço que parece vazio em nós, na busca por sentirmos inseridos na vida social e também sermos aceitos, admirados, cultuados em algum aspecto de nossa subjetividade que julgamos digno da apreciação pública. Nos empenhamos em construir esse aspecto a ser apresentado socialmente, sacrificamos nosso tempo, nossos corpos, nossa vida íntima em função da elaboração e da construção de um “eu” socialmente apresentável, aceitável e admirável.

É nessa protetização do psiquismo que encontramos nosso objeto de estudo, o corpo, que também se torna uma prótese desses sentimentos e sensações ilusórias que a subjetividade capitalística nos faz crer reais. O corpo ganha *status* de massa moldável, modelável ao estilo e desejo individuais — o que nos parece uma ilusão, uma vez que esse estilo e modelo são padrões ditados pelo capitalismo (que visa o lucro). O corpo passa ao patamar das coisas vendáveis, das coisas que geram lucro, de mercadoria, de objeto para o qual uma política de investimentos, pesquisas científicas e de mercado devem existir com a função de descobrir do que ele precisa, o que ele quer, e mais além, o que ele pode, do que ele é capaz.

Todo esse empenho em “conquistar o seu lugar ao sol” no mundo capitalista é proveniente da formação dessa subjetividade capitalística, que faz crer ser este o único e o correto meio de se atingir a felicidade, de se desfrutar da vida e de fazer parte do *socius* civilizado. Esse processo de subjetivação forjado no capitalismo também conta com aparatos e dispositivos específicos do controle, os controlatos.

3. CONTROLATOS: os diferentes modos de controle

Deleuze (2013) denominou controlatos os diferentes modos de controle e os comparou aos dispositivos disciplinadores discutidos por Foucault. Dessa forma colocou que os “diferentes internatos ou meios de confinamento pelos quais passa o indivíduo são variáveis independentes: supõe-se que a cada vez ele recomeça do zero, e a linguagem comum a todos esses meios existe, mas é *analógica*” (DELEUZE, 2013, pp. 224-225). Enquanto os controlatos são variações inseparáveis e formam um sistema de geometria variável, possuem uma linguagem numérica, que não é necessariamente binária. Os confinamentos modelam, são como moldes, mas os controlatos modulam, comportam-se como “uma moldagem autodeformante que muda continuamente, a cada instante” (DELEUZE, 2013, p.225).

Estes deslocamentos foram percebidos socialmente como uma “crise generalizada de todos os meios de confinamento, prisão, hospital, fábrica, escola, família [...] são as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares (Deleuze, 2013, p.224). Tais mudanças operaram uma nova lógica de funcionamento do capitalismo, que refletiu no campo econômico, social e político. A lógica do controle é a intensificação da axiomática do capital.

Enquanto na disciplina a lógica do capitalismo podia ser expressa pelo funcionamento de uma fábrica, no controle esta expressão é a da empresa, que introduz entre os indivíduos uma rivalidade que atravessa cada um e os divide, faz com que vejam uns aos outros como adversários a serem derrotados. A vitória só é possível quando se rivaliza consigo mesmo, fazendo de si mesmo um competidor a ser vencido, um obstáculo a ser superado e assim alcançar o melhor que se possa de seus próprios potenciais, uma espécie de autossujeição, de autossacrifício.

Nessa lógica do controle, os controlatos são apresentados como desafios a serem superados, a serem continuamente vencidos, como na conquista do salário por mérito, na formação permanente que substitui a escola, ou no controle contínuo que substitui o exame (DELEUZE, 2013).

Nas sociedades disciplinares a assinatura indica os indivíduos e o número de matrícula indica sua posição numa massa, o que torna o poder ao mesmo tempo, massificante e individualizante, ou seja, ao mesmo tempo em que o poder institui num corpo único aqueles sobre os quais se exerce, também individualiza, ao moldar separadamente à cada um dos membros desse corpo. A regulação das sociedades disciplinares se dá por palavras de ordem, tanto por parte das forças integrativas quanto pela resistência (DELEUZE, 2013).

Nas sociedades de controle o essencial é uma cifra, que por sua vez, é uma senha. “A linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou a rejeição” (DELEUZE, 2013, p.226).

Os indivíduos tornaram-se “dividuais”, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou “bancos”. É o dinheiro que talvez melhor exprima a distinção entre as duas sociedades, visto que a disciplina sempre se referiu a moedas cunhadas em ouro – que servia de medida padrão –, ao passo que o controle remete a trocas flutuantes, modulações que fazem intervir como cifra uma porcentagem de diferentes amostras de moeda (DELEUZE, 2013, p.226).

Esse modelo subjetivo baseado na superprodução, somado à questão da baixa tendencial de lucro do capitalismo e as constantes crises econômicas que surgem de tempos

em tempos para acomodar os fluxos desterritorializados, operam um desgaste, um esgotamento dessa subjetividade modelada sob o imperativo dessa máxima eficácia. As soluções apontadas pelo capitalismo giram em torno de ações capazes de garantir o lucro necessário para assegurar ao capitalismo a sobrevivência.

Nesse sentido os salários sofrem um achatamento, direitos trabalhistas são revogados, perdas financeiras ocorrem por meio da falência de empresas ou do endividamento com bancos/agências financeiras, o ganho que garante uma vida menos hostil cessa frente ao desemprego. O fracasso é certo, e a sensação subjetiva que prevalece é a de ter sido incapaz de superar os próprios limites para garantir seu lugar na eterna disputa pelo merecido salário.

A falência é a da autogestão, da incapacidade de adequar-se, de tornar-se um produto vendável e interessante ao mercado. Esta sensação subjetiva de inadequação ao modelo, de ter perdido a capacidade de vencer a si mesmos e, ao mesmo tempo vencer os desafios colocados pelo capitalismo faz com que os sujeitos sintam-se em dívida consigo mesmos. Para Deleuze (2013, p.228) “o homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado”.

A ação do poder não mais se restringe apenas à contenção das massas, à construção de muros dividindo cidades, como na soberania, nem tampouco à retenção financeira para conter o consumo, como no capitalismo comercial. Uma ampliação desta ação do poder se efetuou, estendendo sua atividade para a modulação constante dos fluxos sociais, como o controle do fluxo financeiro internacional, como a constante reativação do consumo por meio do *marketing* e da inovação tecnológica, objetivando regular os fluxos do desejo, ou ainda como a expansão ilimitada dos fluxos de comunicação, que também pretende modular o desejo e moldar subjetividades.

Para Deleuze o controle, o disciplinamento, o assujeitamento dos corpos se dá por meio destas alterações no potencial de agir dos corpos. Um corpo detentor de sua potência de agir não se sujeita, mas antes resiste, portanto não é útil ao capitalismo e por isto a axiomática do capital precisa regular suas atividades, suas afecções, seus hábitos, usando para tanto, dos aparatos disciplinadores e dos controlatos. A axiomática do capital pode operar inscrições corporais diversas para extrair do corpo sua potência de agir e de vida, convertendo-as em potência para a produção de lucro financeiro, seja por meio do trabalho, seja por meio do consumo dos produtos e serviços resultantes desse trabalho.

Quando o indivíduo se ocupa em garantir sua inscrição na sociedade do controle, não consegue perceber que não há potência existente no seu corpo, e que sua inscrição foi capturada e colocada a serviço do capital. Sua potência de agir está encarcerada por um mecanismo não visível que a controla, manipula e assujeita. Subtrai a possibilidade de ação para a construção de uma subjetividade capaz de experimentações potentes (DELEUZE e GUATTARI, 2012a).

Na axiomática do capital a prática do mercantilismo não somente é permitida como necessária. E nesse jogo, o corpo torna-se o objeto do qual se extrai a mais valia corporal, ou seja, do qual se extrai o excedente que gera lucro. Este excedente tanto pode se mostrar quanto força de trabalho como força de produção (lazer, vestuário, alimentação, produtos culturais, etc.) ou como partes do próprio corpo, sua carne, sua pele, como no excesso de procedimentos estéticos e de cirurgias plásticas. As partes extirpadas nestas cirurgias plásticas se convertem na mais valia que o corpo é capaz de produzir, numa busca quase insana pela possibilidade deste mesmo corpo oferecer, ainda, uma mais valia em forma de ganho financeiro por sua exposição midiática, corpo-produto para marketings diversos, ou na alegria que um elogio pode proporcionar.

Tais acontecimentos são possíveis quando se observa que uma axiomática “tem tateamentos, experimentações, modos de intuição que lhe são próprios” (DELEUZE e GUATTARI, 2012c, p.173), e irá funcionar de acordo com sua racionalidade. Na racionalidade da axiomática do capital, a existência de um modelo padronizado de corpo é suporte para múltiplas possibilidades de ganho financeiro e de lucro, movendo e mantendo o capitalismo.

O que se subtrai do desejo ao axiomatizá-lo no capital é o que Deleuze e Guattari (2011) perceberam enquanto uma potencialidade transformadora, capaz de mobilizar os indivíduos e promover mudanças. Isto se dá porque o desejo “é, na sua essência, revolucionário” (p. 156) e por isto, além de ameaçar a ordem estabelecida, que domina e subjuga, a axiomática do capital sabe que é o desejo que pode mover os indivíduos na busca pelo gozo, pela felicidade, pela possibilidade de liberdade, e por isto a axiomática converte estes fluxos em produção para o capitalismo.

Esta produção do desejo axiomatizado pelo capital se dá por meio dos processos de subjetivação que passam a ser modulados estrategicamente numa aplicação do controle de forma sutil, sem que se perceba que se está sendo controlado. Isto decorre de que, “ao

construir uma axiomática dos fluxos descodificados é que o capitalismo aparece como uma empresa mundial de subjetivação” (DELEUZE e GUATTARI, 2012c, p.169).

Para tanto axiomática do capital utiliza os controlatos para viabilizar o controle da subjetividade sem que este manejo possa ser notado. A finalidade única é manter e perpetuar o capitalismo através da sua axiomática, que não cessa de estender suas garras a todo e qualquer fluxo que possa tentar escapar ao controle do capital.

Os agenciamentos são passionais, são composições de desejo. O desejo nada tem a ver com uma determinação natural ou espontânea, só há desejo agenciando, agenciado, maquinado. A racionalidade, o rendimento de um agenciamento não existem sem as paixões que ele coloca em jogo, os desejos que o constituem, tanto quanto ele os constitui (DELEUZE e GUATTARI, 2012c, p.83).

Sem que percebamos, aquilo que consideramos como nossa produção ou produção do nosso desejo é elaboração da axiomática do capital, uma vez que resultam da produção que se dá nos encontros do campo social, e forma nossa subjetividade. Assim, as produções desejanter são antes axiomatizadas pelo capital e só depois são sentidas por cada um de nós, que considera o desejo axiomatizado como maquinação própria.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é uma operação de leasing?** Perguntas frequentes/FAQ - Arrendamento mercantil (leasing), 2016. Acesso em 26/01/2018. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/leasing.asp#1

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. **O Anti - Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. 2ª ed. Trad. L.B.L. Orlandi. São Paulo, SP: Ed. 34, 2011.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. Trad. Aurélio Guerra Neto e Ana Lúcia de Oliveira. 2ª ed., Vol.3, Col. 5vol. São Paulo, SP: Ed. 34, 2012a.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. Trad Suely Rolnik. 2ª ed., Vol.4, Col. 5vol. São Paulo, SP: Ed. 34, 2012b.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. Trad. Pelbart, P.P. e Caiafa, J. 2ª ed., Vol.5, Col. 5vol. São Paulo, SP: Ed. 34, 2012c.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. 3ª ed. Trad. Peter P. Pelbart. São Paulo, SP: Editora 34, 2013.

_____. **Derrames entre al capitalismo y la esquizofrenia**. Buenos Aires, Argentina: Cactus, 2005.

LIMA, Luciene Marques. **As Inscrições Corporais nos Diagramas de Forças de Deleuze e Guattari**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, linha de pesquisa Processos Psicossociais e Educacionais sob orientação do Prof. Dr. Domenico Uhng Hur. Goiânia: Go, 2018. Disponível em:
<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/8816/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Luciene%20Marques%20de%20Lima%20-%202018.pdf>